

O perfil do eleitor amapaense¹

Fátima Lucia Carrera Guedes²

Resumo

O elemento central deste artigo se constitui uma breve retrospectiva histórico-político sobre o Amapá, de Território Federal à sua conformação em Estado. Tendo como escopo analisar as bases de formação do pensamento político amapaense, ressaltam-se neste trabalho a ausência de participação popular no processo político-eleitoral; a eminente presença de formulação e planejamento de políticas públicas de forma exógena; e em comum, uma subestima da capacidade dos atores locais em construir a democracia no Estado, dentre outras variáveis. Assim, a política local foi engendrada com uma feição assistencialista e retardou por mais tempo a efetiva emancipação política deste Estado. Neste contexto a perspectiva das ciências sociais deveria ser a de arregimentar, continuamente, os diversos olhares e assim estimular a construção de uma nova postura do eleitor amapaense frente ao processo político.

Palavras-chave: Amapá, Política, Assistencialismo, Ditadura, Participação popular, Democracia.

Abstract

The main point of this article is a brief historical-political review about Amapá, from Federal Territory to its state conformation. Having as scope analyze the formation's bases of Amapá's political thought, the emphasis of this work is the absence of popular participation in political and electoral process; the eminent presence of formulation and planning of public politics as exogenous form; and an underestimate of capacity of the local actors in building the democracy in the State as well besides other variables. Thus, the local politic was engendered with a supporting feature and delayed any longer the effective political emancipation of this State. In this context the perspective of social sciences should be to regiment, continuously, the various points of view and thereby stimulate the construction of a new position of amapaense's voter front of the political process.

Keywords: Amapá, Politics, Welfarism, Dictatorship, Popular participation, Democracy.

Considerando que a dinâmica da vida impõe mudanças e estas, por sua vez, ignoram a vontade pessoal/individual e passam a impor-se a coletividade como fenômeno social, faz-se necessário compreender a causa e o sentido das mesmas. Desta forma e, oportunamente, trataremos aqui especialmente das mudanças no perfil do eleitor no amapaense, tendo como parâmetro o último pleito eleitoral.

É muito provável que a geopolítica do Brasil, da Amazônia e do Amapá, nas últimas duas décadas e **meia**, também tenha afetado a forma do eleitor amapaense perceber, refletir e reagir nas urnas. Numa breve retrospectiva desde o Amapá ainda

¹ Nota da autora: Este é um artigo publicado originalmente, em sua primeira versão, na 1ª edição do Jornal Tribuna Amapaense, em Maio de 2006/Macapá-AP. Portanto, há dois anos atrás. O texto aqui apresentado sofreu pequena reformulação para a publicação nesta Revista. Porém, ressaltam-se que, de nenhum modo, tal reformulação comprometeu a exposição dos fatos e as idéias expressas no texto original, tampouco a análise crítica da retrospectiva histórica que fazemos sobre os fatos.

² Socióloga. Especialista em Gestão da Inovação Tecnológica e Mestre em Política, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Professora Substituta da Universidade Federal do Amapá.

território é por onde este artigo intenta iniciar. Nenhuma novidade no fato de que o poder político estatal no governo brasileiro deva sempre obedecer e cumprir constitucional e adequadamente as diretrizes gerais do poder central da República. Entretanto, a Amazônia brasileira, até bem pouco tempo, se constituiu a região de um povo “sem vez e sem voz” pela ausência de uma política formulada e planejada a partir de uma visão de atores internos. Ou melhor, a revelia dos atores e agentes locais, pelo menos em que pese à voz da coletividade.

Em se tratando de Amapá, pode-se refletir o quanto o caráter assistencialista, populista³ e pseudo-democrático das gestões de governo predominantes até 1988 – quando se deu a transformação do ex-Território em Estado do Amapá -, exerceu um poder quase sobrenatural sobre os filhos-eleitores desse Torrão.

Sobre estes aspectos revela Weffort (2003, p.560),

No período ditatorial, a soberania do Estado sobre os diferentes setores sociais é óbvia. É evidente, em uma ditadura, a capacidade que possui o estado de legitimar-se nas massas por meio da manipulação, de fazer doações às massas ou aos grupos econômicos, de arbitrar entre estes grupos, e, portanto, de manipulá-los também. É evidente, além disso, que nos papéis de manipulador, doador ou árbitro, o detentor do poder procura, por todos os meios, preservar seu domínio, realizando sempre uma política realista entre as pressões dos grupos e sua necessidade de apoio popular.

Neste contexto não se pode falar em cidadania, uma vez que se concebe que esta pressupõe liberdades e oportunidades em todos os sentidos, especialmente de exercício de direitos. Ainda na condição de Território Federal, com governos interventores nomeados, o Amapá – e para Becker⁴, essa foi a política de colonização e que nunca deixou de vigorar até o momento atual - foi conduzido por uma administração pública de perspectiva política exclusivamente exógena⁵ no tocante ao aspecto das decisões e condução administrativa das prioridades - isso do ponto de vista de uma análise

³ Francisco WEFFORT. *O populismo na política brasileira* (2003) tratando do Populismo diz que o mesmo caracteriza-se pela crescente incorporação das massas populares ao processo político sob controle e direção do Estado; onde o Estado assume o povo de uma forma paternalista, sem promoção de mudanças radicais.

⁴ Bertha BECKER. **Revisão das Políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar roteiros para projetar cenários**, in: Modelos e Cenários para a Amazônia. Artigo (www.ftp.unb.br, acesso em 14/11/2008), falando em desenvolvimento local, retrata que em toda a região amazônica a ocupação do território se fez por práticas “devassadoras” e, a esse modelo, se somam duas outras práticas: “Primeiro a ocupação se fez e invariavelmente ainda hoje se faz a partir de iniciativas externas. Segunda, a importância da geopolítica, que explica o controle de tão extenso território com tão poucos recursos”.

⁵ Sérgio C. BUARQUE. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento** (2002, p. 102), ao tratar das fases do planejamento de um processo de construção do desenvolvimento sustentável, mais especialmente das experiências de planejamento local brasileiras, mostra que “toda abordagem sistêmica do desenvolvimento local implica uma percepção do local (município) como uma totalidade (sistema objeto) que constitui, por outro lado, um subsistema de uma complexidade mais geral. Isto significa, do ponto de vista técnico e operacional, que a metodologia de planejamento deve sempre combinar uma análise da realidade interna da localidade, identificando os componentes endógenos (positivos ou negativos que condicionam seu futuro – potencialidades e problemas – com uma reflexão e interpretação dos movimentos externos (exógenos) naqueles aspectos (positivos e negativos) que podem influenciar também o desenvolvimento local – oportunidades e ameaças. Bertha Becker também aplica o significado de exógeno a uma dada externalidade ou a importação de algum valor, ação e/ou atitude alheio ao local onde a ação está sendo desenvolvida.

assentada no modelo sustentável. Ou seja, o Amapá naquele período viveu sob decisões de fora pra dentro, de cima pra baixo e sem qualquer referência de identidade local, porque “o que é bom vem de fora”⁶. Não era este o sentimento e reação expressa pelo censo coletivo, instituído por uma educação também de reprodução do discurso hegemônico e através da qual “a uva do Ivo” somente o sulista (sem bairrismo) sabia e podia saborear. Ficando o Zé do açai a “ver navios” (de manganês) passarem sem perceber o real valor do fruto?!

Segundo BECKER, (www.ftp.unb , acesso em 14/11/2008),

A geopolítica esteve sempre associada a interesses econômicos, mas estes forma via de regra mal sucedidos na sua implementação, não conseguindo estabelecer uma base econômica e populacional estável, capaz de assegurar a soberania sobre a área. O controle do território foi mantido por estratégias de intervenção em locais estratégicos, de posse gradativa da terra (uti possidetis) e da criação de unidades administrativas diretamente vinculadas ao governo central.

Tal situação não diferia muito do restante do País em condição de país periférico e subdesenvolvido, mas, no Amapá, essa situação certamente agregava-lhe particularidades que agravaram e dificultaram a resolução de algumas questões básicas tal como o exercício da cidadania, pois onde predomina relações de total dependência, proporcionalmente também se impõem, mesmo encobertas, restrições a diversos direitos, como por exemplo, o de votar.

Não se faz menção aqui somente a atitude de acesso físico a uma urna, mas especialmente a atitude reflexiva sobre a importância de uma atitude pró-ativa nas poucas decisões e opções políticas localmente oportunizadas. Observa-se que no aspecto eleitoral, os habitantes do ex-Território do Amapá vivenciaram por muito tempo uma relação de dependência onde as decisões mais importantes eram definidas no planalto central, pois o voto do eleitor para o pleito majoritário estadual e municipal, na época, não existia, ocorrendo por indicação da Presidência da República e, para os demais cargos municipais de representação política elegível, cabia uma eleição local - quase sempre com resultados definidos pelo poder hegemônico.

Na época, a sociedade civil, ainda pouco organizada em grêmios estudantis com objetivos mais lúdicos e de entretenimento e lazer; em sindicatos ainda em formação e com tímida atuação; em movimentos da igreja de posicionamento eminentemente religioso, quando muito, justificam-se na luta pelo direito a dignidade humana; não atuou com maiores questionamentos ou intervenções políticas - resquícios da ditadura militar -, apesar da condição de República Democrática.

Sociologicamente, tal configuração social adiou, ao amapaense (eleitor ou não), a data de conquistar sua maioria em auto-estima para a conquista e garantia de sua cidadania e soberania, respectivamente: - em perceber-se enquanto cidadão infinitamente cheio de possibilidades diferenciais; de refletir-se, aceitar-se e assumir-se em sua identidade sócio-cultural diversa e única e; de reagir em benefício de seus

⁶ Expressão popular muito comum e utilizada, na época, para expressar o posicionamento quando do momento de justificar atitudes e conveniências externas de todas as ordens em detrimento às decisões e iniciativas de referência local.

direitos ao poder de arbitrar sobre seu próprio destino, através do questionamento as decisões exógenas.

De outra forma, o impedimento legal - explícito na condição de *territorializados federais* - do voto retardou o exercício de manifestações diretas e plenas sobre os problemas, impedindo a possibilidade de reflexões críticas socializadas na sociedade, dificultando assim a capacidade de criação dos instrumentos necessários às mudanças na condução político-administrativa assentada num projeto político com a cara do Amapá.

Isso depôs contra todas as possíveis tentativas de organização social e seus instrumentos de luta pela terra natal. O cidadão amapaense, por condicionamento geopolítico, enquanto habitante de um território isolado dos centros de decisões de poder, dos centros de produção industrial e dos centros de produção do conhecimento, usufruiu de um retardamento de tempo que o impôs limitações científicas e tecnológicas importantes para a absorção de conhecimento e reflexão crítica sobre a sociedade. Assim, frente as exigências para resolução de problemas locais, se acomodou na posição de expectador de sua própria “sorte”.

O período de abertura política no Brasil, a década de 80, apesar de ser considerado, economicamente, a “década perdida”⁷, foi um período de transição, ajustes e de consideráveis avanços democráticos no País, no sentido de ter permitido acaloradas e importantes discussões acerca dos interesses internos sobre os rumos do País.

Um período no qual os movimentos sociais em todas as ordens se multiplicam e ganham expressão, se reformulam diante das novas configurações dos arranjos políticos e se massificam em todo o país, tais como o movimento sindical, o migratório, o estudantil, o feminista, e outros.

Os partidos políticos de esquerda, assim como seus membros exilados, deixam à clandestinidade, erguendo suas bandeiras, re-estruturando suas táticas e estratégias políticas e saindo abertamente as ruas, adentrando sindicatos e demais organizações sociais com proposições de práticas coletivas, associativas, de cooperação e mutirão. Discutindo ainda seus projetos políticos em sociedade e disputando em todas as instâncias elegíveis os pleitos eleitorais, tais partidos somaram esforços para consolidação das eleições diretas e para a instalação da Assembléia Nacional Constituinte.

⁷ Considera-se que os anos entre 1980 a 1989 constituíram a “década perdida” por ter imposto ao Brasil e a América Latina, uma política de ajustes onde a lógica predominante foi a de criar capacidade de pagamento, a qualquer custo, aos nossos credores; ou seja, aos países desenvolvidos - mesmo que em detrimento da destruição de programas sociais de saúde, educação, habitação e outros. Dessa forma, e dentre outros, o governo brasileiro reduziu drasticamente seus gastos públicos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. 2. ed. - São Paulo: Cortez; Florianópolis, 1998). *O PIB per capita, que de 1970 a 1980 vinha se expandindo à taxa média de 6,1% a.a., diminui 13% entre 1980 e 1983. A tímida recuperação apresentada no período de 1984-89 leva o valor desse indicador apenas a retornar aos níveis observados no início da década*¹¹, de forma que se populariza a idéia de que os anos oitenta se constituíram para a economia brasileira, na “década perdida” (Ana Maria H. OMETTO. **Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população**. Ana Maria H Ometto; Maria Cristina O. Furtuoso; Marina Vieira da Silva. In: Revista Saúde Pública, vol.29, no.5. São Paulo Oct. 1995).

A Constituição de 1988, também concebida como **Constituição Cidadã**, restabeleceu direitos sociais legítimos e consolidou a democracia, permitindo ao povo seu exercício e oportunizando-o a cidadania – confiscada por abusivas práticas políticas de décadas anteriores. Foi a década em que o Amapá se transformou em Estado e, envolto numa situação de amadurecimento político em todo o País, este período foi também responsável por semear e preparar, concomitantemente no Amapá, um ambiente favorável ao posicionamento de lideranças com proposições políticas de interesses mais voltados a coletividade regional/local. Isto com relação aos que usufruíram de alguma oportunidade de formação – geralmente adquirida fora – e que já vislumbravam uma carreira profissional ou política.

Mas, e os demais, o povo, os simples “mortais” a engrossar o percentual de trabalhadores sem qualificação e educação superior garantida..., eleitores por voto de favor ou parentesco, amizade ou gratidão...? Passou-se de “apadrinhados de honra” do Planalto Central para uma posição de “donos do próprio nariz” (de taboca e cara de índio). Certamente com muitas dificuldades ainda de posicionamento político, porém com muito mais autonomia e orgulho dos próprios nossos anseios de poder, em algum momento, parir um filho da terra como governador.

Mas, a pergunta que não queria calar...: uma vez que a cultura, outrora permissiva, de “comandados”, “funcionários públicos do território”, “povo de vida boa” tenha legado dificuldade de ativismo político, o que poderia ser feito dali pra frente? Dos anos 90 aos nossos dias, o que mudou? O que se faz até hoje, passando de atores e não mais sujeitos dessa história.

Os anos 90 chegaram e, com ele, uma situação desconfortante de quem muda para a posição de autônomo, independente. Urgia a necessidade da mudança e de dar conta do novo Estado com apenas dois anos constituído! Como acertar de primeira num estado ainda “na incubadora”? Sim, pois a condição de Estado era apenas de direito e não de fato, e ainda se justificava pelo “aleitamento materno” dispensado pelo Governo Federal.

Querer jogar e ganhar sempre são a expectativa de todos, mas a capacidade de atendimento a esta demanda surpreende quando se depara com a realidade. Uma realidade que, no Estado do Amapá, impôs um fluxo migratório intenso. Primeiro, motivado pelo mito do enriquecimento nas regiões de garimpo e, em seguida, para atender a um chamamento apelativo, diga-se de passagem, a então instituída Zona de Livre Comércio de Macapá.

Sem a infra-estrutura devida para satisfazer as necessidades básicas dos habitantes natos e dos que aqui aportavam na esperança da “terra prometida”, especialmente em habitação, saúde, educação e saneamento básico, o Estado se deparou com os problemas de **inchaço populacional** com conseqüentes danos ambientais pela inadequada concentração de habitações nas áreas de ressaca⁸; a **insatisfatória saúde**

⁸ “As terras alagáveis ou ‘úmidas’ têm sido descritas como sistemas de alta produtividade, principalmente quando associadas a sistemas estuarinos e de águas costeiras (Odum, Apud Richardson Ferreira FRAZ & Orlando Tobias SILVEIRA 1988). No estado do Amapá, áreas próximas da margem do estuário do Amazonas, com este tipo de ambiente, recebem da população o nome de “ressacas”. (Richardson Ferreira FRAZ & Orlando Tobias SILVEIRA. **Diagnóstico das ressacas do estado do Amapá Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú. Levantamento**

pública que, com a diminuição dos recursos federais, acabou por eliminar alguns serviços de saúde essenciais no Estado; o elevado percentual de **desqualificação profissional** por consequência da estrutural e ausente promoção de uma política educacional de desenvolvimento integral do homem, em todos os níveis de ensino; a crescente e contínua **onda de delinquência e violência social**, também gerada por consequência do desemprego local, somado ao estrutural do País, que já se apresentava como seqüela da transição democrática da década de 80.

Estas e as demais situações de desconforto geral no Estado implicavam na necessidade de promover políticas públicas includentes, adequadas e, prioritariamente, a partir da visão dos atores internos do processo de desenvolvimento local. Entretanto, os partidos políticos, especialmente os de esquerda, outrora tão concentrados na formação de seus líderes e membros, neste íterim, ocupados e absorvidos em arregimentar aliados, esqueceram a formação política dos mesmos. Os sindicatos e movimentos de base, com um passado atuante em discussões, lutas e conquistas, encontravam-se em decadência e desacreditados em eficiência e eficácia em representar suas categorias. As demais formas de organização associativas, que elaboravam suas metas e anseios baseados na repartição de trabalho e benefícios coletivos, tentaram a todo custo sobreviver às iniciativas individualistas da sociedade pós-moderna, não alcançaram, entretanto, o resultado almejado. O caos estava estabelecido no inconsciente do eleitor.

Primeiro e particularmente naqueles filhos da terra que, sem oportunidades maiores de reflexão e formação política (partidária ou não), foram aculturados por uma cultura de conveniência e de favores políticos nos diversos momentos históricos do Amapá. Incluindo ainda aqueles migrantes que, procurando um “*solo fértil de imenso tesouro*”⁹, aportaram suas esperanças “*num futuro repleto de louros...*”¹⁰.

Considerando que no processo de interação social influenciemos e somos influenciados, ambos, continuam a vagar sem forma definida, sem rumo ideológico e sem juízo coerente – nem mesmo com suas próprias expectativas de dignidade e sobrevivência humana. E estes, constituem a grande maioria de nossa população.

Explicitando, **em plena década 2000**, o eleitor amapaense continua sem referencial quanto a importância da decisão sobre em quem votar para conduzir sua própria vida – que é a essência do que o voto representa e, a única e mais legítima forma do cidadão se sentir representado. Por incrível que possa parecer a outras “tribos”, na nossa, ainda é comum nos depararmos com eleitores, num pleito eleitoral, parando nas filas, de seção em seção, á ouvir alguma história convincente e esclarecedora sobre o porquê deste dia a bebida alcoólica ser proibida – ora, pensa o eleitor, um feriado tão festivo e colorido com camisas das mais diversas cores, caras estampadas e sugestivas frases pintadas em muros e paredes..., tudo realçado com *jingles* musical nos mais diversos estilos; divertidos passeios nos carrões dos candidatos; feijoada de graça na casa (comitê) do ‘*seu menino*’ com direito a camiseta; e ainda retorno pra casa garantido por um ‘*trocado*’ de boca de urna (só pra feira da semana)... Como não se pode ‘*tomar umas...*’...?

Preliminar das Abelhas “Sem Ferrão”; das Ressacas de Macapá e Santana para um Aproveitamento Sustentável (Hymenoptera, Apidae, Meliponinae). In: Takiyama, L.R. ; Silva, A.Q. da (orgs.). **Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá; Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú**, Macapá/AP, CPAQ/IEPA e DGEO/SEMA, 2003, p.233-239).

⁹ Trecho do Hino do Amapá.

¹⁰ Trecho do hino do Amapá.

O tempo de pós-modernidade, grosso modo, deve se configurar num tempo de reflexão da vida em suas infinitas possibilidades de erros e acertos. A vida, contudo, ocorre em sociedade e, certamente, jamais poderá ser repensada apartada das condições reais de pobreza e fome (material, intelectual, espiritual e outras) nas sociedades. Sociedade esta a qual relega o ser político, o homem produtor-pensante, a condição de marionete e/ou bobó da corte.

Tampouco, a vida poderá ser repensada sem liberdade de escolhas, pois a privação da liberdade em qualquer dimensão, como, por exemplo, a ausência de oportunidades de viver com saúde, de ser educado integralmente, de habitar dignamente, de produzir a vida enfim..., tolhe a capacidade de criar e recriar a própria vida.

Com base no exposto e na tentativa de refletir as Ciências Sociais na contemporaneidade, seus paradigmas e conflitos, especialmente no Amapá, uma pergunta: o debate nas Ciências Sociais tem buscado conceder oportunidades de criar e recriar uma análise e prospecção que embasem o setor público no planejamento e formatação de políticas públicas e quais estejam explícitas a idéia de vida digna para a coletividade social? O que o ensino e a educação, assim como a pesquisa sociológica, neste contexto, têm dado respostas?

Certamente que este é apenas o início de um debate que pode e deve ser contínuo nos meios acadêmicos, não somente dos cursos de ciências sociais, mas arregimentar a diversidade de olhares, em todas as dimensões e de todas as “tribos” no Amapá.

Referência Bibliográfica

- BECKER, Bertha. **Revisão das Políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar roteiros para projetar cenários**, in: Modelos e Cenários para a Amazônia – o papel da ciência (www.ftp.unb / acesso em 14/11/2008),
- VARGAS, Glória Maria. **Amazônia, novas dinâmicas e territorialidades**. (www.scielo.br/acesso em 14/11/2008)
- BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro; Garamond, 2002.
- CALDAS, Ricardo. **O Estado como formulador de políticas públicas**. s. ed. 2005 (apostila).
- FAUSTO, Boris. **Estado, Classe Trabalhadora e Burguesia Industrial (1920 - 1945): Uma Revisão**. In: Novos Estudos Cebrap. São Paulo, nº 20, março de 1988. (p. 6-37.)
- _____. **Pequenos Ensaio da História da República (1889-1945)**, São Paulo: CEBRAP.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FRAZ, Richardson Ferreira. **Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá; Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú. Levantamento Preliminar das Abelhas “Sem Ferrão”; das Ressacas de Macapá e Santana para um Aproveitamento Sustentável (Hymenoptera, Apidae, Meliponinae)**. In: Takiyama, L.R.; Silva, A.Q. da (orgs.). Macapá/AP: CPAQ/IEPA e DGEO/SEMA, 2003, p.233-239.

FUKUYAMA, Francis. **Construção de Estado: governo e organização mundial no século XXI**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Ed. Companhia da Letras, 1995.

OMETTO, Ana Maria H. **Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população**. Ana Maria H Ometto; Maria Cristina O. Furtuoso; Marina Vieira da Silva. In: Revista Saúde Pública, vol.29, no.5. São Paulo Oct. 1995.

PORTELLI, HUGUES. **Gramsci e o Bloco Histórico**. R. J. Paz e Terra, 1973.

PRADO Jr., Caio. **Evolução Política do Brasil: Colônia e Império**. 21^a ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, porque manda, como manda**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SADER, Emir. **Estado e Política em Marx.**: para uma crítica da filosofia política. São Paulo: Cortez, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. 2. ed. - São Paulo: Cortez; Florianópolis, 1998.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.